



Cogitare Enfermagem

ISSN: 1414-8536

cogitare@ufpr.br

Universidade Federal do Paraná

Brasil

Rodrigues de Souza Andrade, Deyse; Lorenzini, Elisiane; Franco da Silva, Eveline
CONHECIMENTO DE MÃES SOBRE O CALENDÁRIO DE VACINAÇÃO E FATORES
QUE LEVAM AO ATRASO VACINAL INFANTIL

Cogitare Enfermagem, vol. 19, núm. 1, enero-marzo, 2014, pp. 94-100
Universidade Federal do Paraná
Curitiba - Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=483647660014>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CONHECIMENTO DE MÃES SOBRE O CALENDÁRIO DE VACINAÇÃO E FATORES QUE LEVAM AO ATRASO VACINAL INFANTIL*

Deyse Rodrigues de Souza Andrade¹, Elisiane Lorenzini², Eveline Franco da Silva³

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo identificar o conhecimento de mães de crianças com cartão de vacina em atraso sobre o calendário básico de vacinação e possíveis fatores que levam ao não cumprimento deste. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa realizada em uma unidade de saúde que contempla a Estratégia Saúde da Família do Sul do Brasil. Participaram 16 mães de crianças com o calendário vacinal em atraso e a coleta de dados ocorreu por meio de entrevista individual semiestruturada. A partir da análise de conteúdo temática, duas categorias emergiram: *conhecimento de mães sobre vacinação e o que leva mães a não cumprir o calendário de vacinação infantil*. Conclui-se que informações e comunicação claras entre mães e profissionais são fundamentais para promover o cumprimento do calendário vacinal na infância.

DESCRITORES: Saúde da criança; Esquemas de imunização; Conhecimento; Enfermagem; Atenção Primária à Saúde.

CONOCIMIENTO DE MADRES SOBRE EL CALENDARIO DE VACUNACIÓN Y FACTORES QUE RESULTAN EN RETRASO VACUNAL INFANTIL

RESUMEN: Esta investigación tuvo como objetivo identificar el conocimiento de madres de niños con cartilla de vacuna en retraso sobre el calendario básico de vacunación y posibles factores que llevan al no cumplimiento de este. Es un estudio descriptivo, con abordaje cualitativo realizado en una unidad de salud que contempla la Estrategia Salud de la Familia en Sur de Brasil. Participaron 16 madres de niños con el calendario vacunal en retraso y los datos fueron obtenidos por medio de entrevista individual semiestructurada. Del análisis de contenido temático, resultaron dos categorías: *conocimiento de madres acerca de vacunación y lo que lleva madres a no cumplir el calendario de vacunación infantil*. Se concluye que informaciones y comunicación claras entre madres y profesionales son fundamentales para promover el cumplimiento del calendario vacunal en la infancia.

DESCRITORES: Salud del niño; Esquemas de imunización; Conocimiento; Enfermería; Atención Primaria a la Salud.

MOTHERS' KNOWLEDGE REGARDING THE VACCINATION PROGRAM AND FACTORS WHICH LEAD TO DELAYS IN INFANT VACCINATION*

ABSTRACT: This research aimed to identify the knowledge of mothers of children whose vaccination card was not up-to-date, regarding the basic vaccination program and possible factors which lead to this non-compliance. It is a descriptive study with a qualitative approach, undertaken in a health center which covers the Family Health Strategy for the South of Brazil. 16 mothers participated, whose children had fallen behind in the vaccination program. Data collection occurred through individual semi-structured interviews. Based on thematic content analysis, two categories emerged: Mothers' knowledge regarding vaccination and What leads mothers not to comply with the child vaccination program. It is concluded that clear information and communication between mothers and professionals are fundamental for promoting compliance with the child vaccination program.

DESCRIPTORS: Child health; Immunization programs; Knowledge; Nursing; Primary Health Care.

*Elaborado a partir da monografia: Conhecimento e fatores que levam mães a não cumprirem o calendário de vacinação infantil, apresentada à Faculdade Nossa Senhora de Fátima em 2012.

¹Enfermeira. Hospital Nossa Senhora Aparecida. Caxias do Sul-RS-Brasil

²Enfermeira. Mestre em Ciências da Saúde. Doutoranda em Enfermagem. Professora da Faculdade Nossa Senhora de Fátima. Caxias do Sul-RS-Brasil

³Enfermeira Obstetra. Especialista em Saúde Pública. Mestranda em Enfermagem. Universidade Federal Rio Grande do Sul. Professora da Faculdade Nossa Senhora de Fátima. Caxias do Sul-RS-Brasil

Autor correspondente:

Eveline Franco da Silva

Faculdade Nossa Senhora de Fátima

Rua Alexandre Fleming, 454 - 95041-520 - Caxias do Sul-RS-Brasil

E-mail: evelinefranco@yahoo.com.br

Recebido: 10/01/2013

Aprovado: 16/12/2013

INTRODUÇÃO

A vacinação é um meio protetor de grande importância para a população⁽¹⁾ considerando-se que certifica proteção contra enfermidades. Na atualidade, com resultado da eficácia na prevenção, foram erradicadas no Brasil a poliomielite e a varíola, evidenciando o sucesso da vacinação e da educação em saúde⁽²⁻³⁾. Diante das altas despesas com internações e atendimentos em hospitais para terapia e restauração da saúde e da aflição e dor a que está propenso o indivíduo enfermo, a vacinação é recompensadora para os usuários do sistema de saúde e seus administradores⁽⁴⁻⁷⁾.

Em 1973, o Ministério da Saúde do Brasil lançou o Programa Nacional de Imunizações, que, em dias atuais, alcança respostas significativas na monitoração de enfermidades imunopreveníveis e, em caráter preventivo, visa a oferecer vacinas com qualidade à população. Nos últimos anos, o governo brasileiro tem oferecido ações exclusivas, como o Dia Nacional de Campanha de Vacinação e as práticas de vacinação nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Ao encontro dessas propostas, com propósito de aumentar as ações de vacinação, a Organização Mundial de Saúde criou o Programa Ampliado de Imunização, cujo objetivo é imunizar o maior número possível de pessoas, principalmente crianças e idosos mais suscetíveis a doenças⁽⁸⁻⁹⁾.

Nessa perspectiva, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem aperfeiçoado o acesso na Atenção Primária à Saúde, contribuindo para o Brasil atingir o quarto objetivo da primeira Meta de Desenvolvimento do Milênio, que é a redução da mortalidade infantil⁽¹⁰⁾. Neste contexto, o cumprimento do calendário de vacinação infantil é essencial frete às inúmeras enfermidades imunopreveníveis e contagiosas, constitui-se em um dos elementos causadores da diminuição do coeficiente de mortalidade infantil^(1,5,8). A vacinação infantil tem alcançado sucesso em várias nações por intermédio de grandes coberturas vacinais e importantes progressos na fiscalização e aniquilação de doenças⁽¹¹⁾. As crianças, assim como os idosos, são mais propensas a enfermidades; por esse motivo, a falta de cuidado com o cumprimento do calendário de vacinação da criança pode trazer prejuízos que podem se transformar em grandes problemas de saúde pública^(1,4).

Devido a insuficientes medidas de saneamento básico, existe agravo na prevenção de enfermidades, pois apenas medidas profiláticas, como a própria vacinação, poderiam promover uma possibilidade de atenuação de episódios da doença⁽⁵⁾. Contudo, vacinar envolve

uma relação entre a população e os trabalhadores de saúde, transcendendo o ato de uma administração medicamentosa⁽⁶⁾. Uma vez que a equipe de enfermagem tem maior contato com o usuário, é de fundamental importância ressaltar que esta equipe tem poder de intervenção no que diz respeito à educação em saúde ao orientar mães e/ou cuidadores para a importância da vacinação infantil⁽¹⁾.

Como vacinador, o profissional de enfermagem tem a oportunidade de agir como educador no momento da vacinação, transmitindo informações fundamentais referentes à prevenção de doenças, contribuindo para que as famílias percebam o valor da imunização, definido como método capaz de evitar enfermidades⁽¹²⁾. Além disso, para que os responsáveis pelas crianças tenham conhecimento sobre a importância da imunização, é necessário que o profissional de enfermagem atuante na sala de vacinação esteja atualizado, pois os conhecimentos na área de saúde aprimoram-se a cada dia⁽¹³⁾. Entretanto, estudo realizado no interior do Estado de São Paulo, Brasil, sobre a situação vacinal infantil, revelou que existem deficiências de conhecimento e de comunicação entre os serviços de saúde e os usuários⁽¹⁴⁾.

A motivação para realizar este estudo advém da atuação das autoras na Atenção Primária à Saúde e cujas experiências permitiram a proximidade à temática e o envolvimento no cuidado às crianças. Considerando-se que existem ações que auxiliam no cumprimento do calendário vacinal, a exemplo das campanhas de vacinação e da busca ativa realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), neste contexto emergiram as seguintes questões de pesquisa: Que conhecimento sobre a imunização infantil os responsáveis pelas crianças possuem e quais fatores interferem na adesão ao programa de vacinação infantil?

Portanto, este estudo teve como objetivo identificar o conhecimento de mães de crianças com cartão de vacina em atraso sobre o calendário básico de vacinação da criança e conhecer os possíveis fatores que levam ao não cumprimento do calendário de vacinação infantil.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualitativa realizado em uma UBS que contempla a Estratégia Saúde da Família (ESF) de um município do sul do Brasil. Participaram da pesquisa 16 mães de crianças com atraso no calendário vacinal. Para seleção das participantes utilizaram-se os critérios de inclusão: fazer parte da população adscrita da UBS e

ser mãe de criança menor de 10 anos com calendário de imunização em atraso. Os critérios de exclusão foram: mães de crianças imunodeprimidas e mães com idade inferior a 18 anos. Para determinação do número de participantes utilizou-se o critério de saturação dos dados; ou seja, quando as informações tornaram-se repetitivas encerrou-se a coleta das informações⁽¹⁵⁾.

A coleta de dados ocorreu durante o mês de setembro de 2012, período após a Campanha Nacional de Imunização Infantil, no qual os ACS estavam realizando busca ativa. Utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada, um dos principais meios de investigação para a coleta de dados que tem enfoque qualitativo⁽¹⁶⁾. As entrevistas foram realizadas nas instalações da UBS, em horários previamente agendados, sendo preservada a privacidade, evitando-se interrupções. Antes de iniciar as entrevistas a pesquisadora principal verificou a carteira de vacinação infantil, a fim de certificar-se das vacinas que estavam em atraso. Para melhor aproveitamento das informações, as entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise.

O tratamento dos dados ocorreu por meio da técnica de análise de conteúdo temática, obedecendo às etapas: pré-análise, exploração do material, e tratamento, inferência e interpretação dos resultados obtidos⁽¹⁶⁾. Da análise, emergiram as categorias: *conhecimento de mães sobre vacinação e o que leva mães a não cumprirem o calendário de vacinação infantil*.

A presente pesquisa contemplou a Resolução 196/96, foi aprovada pela Secretaria de Saúde do referido município e obteve aprovação pelo Comitê de Ética da instituição de origem do estudo com CAAE: 02779212.4.0000.5523 e parecer de aprovação número 96.966. Todas as participantes leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para garantir o anonimato, as participantes foram identificadas pela letra E (entrevistada) seguida de um número, conforme ordem cronológica da realização das entrevistas (E1, E2, ..., E16).

RESULTADOS

Na caracterização das participantes da pesquisa verificou-se que a faixa etária variou entre 18 e 49 anos, a maioria das mães era casada ou possuía união estável, ensino fundamental incompleto e estava inserida no mercado de trabalho, com renda média de R\$800,00. O número de filhos das participantes variou entre um e sete filhos.

Na carteira de vacinação constavam as seguintes va-

cinas em atraso: tríplice viral, pneumocócica 10-valente (conjugada), meningocócica, pentavalente, rotavírus, antipoliomielite (via oral e injetável), febre amarela (o município pertence à região endêmica da doença e desde 2008 esta vacina é obrigatória) e tríplice bacteriana.

Conhecimento de mães sobre a vacinação infantil

Em geral, as participantes da pesquisa demonstraram compreender que a imunização configura-se como uma proteção à criança por prevenir diversas doenças. Tal conhecimento é representado pelas falas:

Eu sei que é muito importante, para prevenção de várias doenças. (E1)

Para o corpo ter uma defesa. (E6)

[...] e prevenir contra as doenças, para elas [as crianças] ficarem imunes às doenças. (E7)

Além disso, algumas das participantes reconheceram que, na ausência da vacinação, as crianças estão mais vulneráveis à doenças:

Ele [criança] só vivia doente. E [...] conforme vocês foram vacinando ele [criança] direitinho, [...] ele foi melhorando. (E9)

A minha outra [filha] de sete anos pegou pneumonia por falta de uma vacina. (E10)

Contudo, embora associassem que a vacina confere proteção imunológica à criança, algumas participantes referiram não saber ou lembrar quais doenças são prevenidas pela vacinação:

Eu sei, é para não dar doença, só isso. [Qual doença] não sei mesmo. (E13)

Até já ouvi falar, mas agora, de cabeça, não lembro. (E5)

Acho que para combater algumas doenças. (E9)

O que leva mães a não cumprirem o calendário de vacinação infantil

Na análise dos dados verificou-se que algumas participantes referiram que a realização das vacinas, de acordo com o calendário vacinal, era prejudicada

por impossibilidades de comparecer ao serviço de saúde em razão do horário de trabalho, ou devido às condições de saúde das mães, conforme é representado nas falas:

É porque eu estou trabalhando, né? [...] Hoje que eu peguei folga. (E10)

É porque eu tenho aquela fibromialgia, quando ataca já não posso subir, baixa a imunidade, fica tudo errado. Eles [filhos] me ajudam porque eu já não posso sair de casa, né!? (E13)

Outras participantes referiram que a acessibilidade à unidade de saúde, especialmente em dias chuvosos, dificulta o cumprimento do calendário, conforme é representado nos depoimentos:

A subida que me judia um pouco, porque ela [criança] está pesadinha e eu moro lá embaixo [...] se está o tempo bom eu sempre venho. É longe, mas eu venho igual [...]. O que complica um pouco é dia de chuva. (E15)

É que eu moro lá embaixo [...]. É só porque é longe mesmo. (E16)

Entre os motivos que as participantes referiram influenciar no atraso do calendário vacinal destaca-se a falta dos imunobiológicos na unidade de saúde. Então, de acordo com alguns relatos, o que levou ao atraso da vacinação infantil foi:

A demora de chegada da vacina [na UBS]. (E5)

A vacina estava em falta, por isso [...] atrasou. (E8)

Contudo, destaca-se que as informações recebidas pelos profissionais de saúde também têm importante influência no cumprimento do calendário de vacinação infantil. Embora todas as participantes tenham comparecido à unidade de saúde por solicitações da equipe multiprofissional, algumas referiram que o atraso no calendário vacinal ocorreu devido à indicação médica:

A doutora disse que ela era muito nova [para realizar a vacina da febre amarela]. Ela [médica] disse que é bom ela [criança] fazer a partir de dois anos. (E6)

Por pedido da pediatra, porque ela me indicou fazer a varicela que tem junto a triviral. Já liguei para vá-

rias clínicas privadas e não estou encontrando essa varicela junto com a triviral. (E12)

DISCUSSÃO

Nos resultados deste estudo, observa-se que as participantes apresentavam baixo grau de instrução, o que favorece a deficiência no aprendizado e, consequentemente, no conhecimento, podendo contribuir para o não cumprimento da agenda vacinal. Estudos recentes afirmam que pessoas com menor nível de instrução escolar têm dificuldade na compreensão das informações recebidas⁽¹²⁾. Além disso, há evidências de que os pais que possuem melhor conhecimento das etapas de evolução da criança executam as práticas de cuidado ao filho com maior eficiência e eficácia; por conseguinte, o crescimento e desenvolvimento infantil são influenciados positivamente⁽¹⁷⁾.

Por outro lado, as participantes verbalizaram ter algum conhecimento sobre a vacinação infantil, deixando claro que o objetivo da imunização é a prevenção de doenças. Além disso, reconheceram que a ausência da vacinação confere a vulnerabilidade à doenças, a exemplo da pneumonia. Contudo, verificou-se que algumas mães possuíam conhecimento insuficiente, pois não sabiam quais doenças são passíveis de prevenção. Isso vai ao encontro de estudos que revelam que o saber das mães sobre o processo de vacinação é insuficiente e interfere no desenvolvimento da criança, pois muitas vezes justifica o descaso no cumprimento do calendário de vacinação infantil, comprometendo a saúde da criança, no contexto da saúde pública^(1,11).

Entretanto, acredita-se que o fato de as participantes apresentarem baixo grau de instrução não é o suficiente para justificar a não adesão ao programa de vacinação infantil. Podem existir outros obstáculos que contribuem para o atraso, como dificuldades dos profissionais ao transmitirem as informações sobre a agenda vacinal aos pais ou responsáveis pela criança. Além disso, nessa transmissão de informação e em atividades de educação em saúde, os profissionais devem observar o envolvimento dos cuidadores. Um ensaio clínico randomizado realizado com 366 mães de recém-nascidos de uma população de baixa escolaridade do Paquistão, sobre o conhecimento materno acerca da DTP-3 (vacina contra tétano, difteria e coqueluche) e hepatite B, comprovou que uma simples intervenção educacional, por meio de mensagens ilustrativas, resultou significativamente na adesão ao programa de vacinação⁽¹⁸⁾.

Os resultados de um estudo, realizado no nordeste

brasileiro com profissionais de enfermagem que atuam em salas de vacina, demonstrou que eles também possuíam conhecimento insuficiente, resultando em prejuízo nas informações prestadas aos pais e cuidadores⁽¹³⁾. A vacinação é um importante ato de prevenção, e nessa oportunidade é possível orientar os responsáveis pela criança; porém, existem pesquisas evidenciando que quando os cuidadores não compreendem a importância do cumprimento da agenda vacinal, há baixa adesão à vacinação^(12,19).

Conforme os dados obtidos, as participantes tinham compreensão da importância do cumprimento da agenda vacinal; porém, algumas mencionaram impedimentos que levaram a não vacinarem as crianças na data previamente agendada, a exemplo dos dias chuvosos, da jornada de trabalho e da falta de vacina na UBS. Esses achados reafirmam dados de outro estudo que evidenciou que os responsáveis pelas crianças têm diversos compromissos, especialmente a jornada de trabalho, que acabam acarretando em obstáculo para recordar do calendário de vacinação infantil⁽¹¹⁾.

Com respaldo legal, especialmente do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Programa Nacional de Imunização, com caráter preventivo, busca atingir o maior número possível de crianças e adolescentes. Embora a UBS de realização do estudo conte com a ESF, onde é realizada a busca ativa pelos ACS e se configura em vantagem para a população adscrita e profissionais de saúde, alguns participantes relataram que o atraso na vacinação ocorreu devido à falta de imunobiológico na unidade; fato esse que interferiu na adesão ao programa de vacinação. Isso vai ao encontro de outra pesquisa sobre cumprimento do calendário de vacinação infantil que destacou a falta de vacina na UBS como argumento mencionado pelos cuidadores/responsáveis para o adiamento e/ou perda de vacinas do calendário básico⁽⁴⁾. Além disso, estudo evidenciou que cada oportunidade em que alguém busca atendimento na UBS para realização da vacinação, e por algum motivo não a realiza, determina dano à cobertura vacinal⁽⁶⁾.

A despeito da importante melhoria do acesso aos serviços de saúde no Brasil, o que tem favorecido para a redução de enfermidades infecciosas e contagiosas que podem ser evitadas através da imunização⁽¹⁰⁾, neste estudo houve relatos de dificuldade de acesso, ocasionando o impedimento para que a agenda vacinal fosse cumprida. Contudo, estudo sobre cobertura vacinal e mortalidade infantil evidenciou disposição para a queda da mortalidade infantil em consequência da implantação de programas de saúde propensos a garantir

equidade, universalidade e igualdade no acesso⁽²⁰⁾.

De acordo com alguns depoimentos, nesta pesquisa há informações contraditórias às recomendações do Ministério da Saúde, no que diz respeito ao cumprimento do calendário vacinal, pois estas indicaram que o atraso ocorreu por orientação médica. As vacinas não devem ser administradas somente se a criança tiver imunodeficiência congênita ou adquirida, se for admitida por neoplasia maligna, se estiver em tratamento com corticosteroides em esquemas imunodepressores, ou submetida a outras terapêuticas imunodepressoras, a exemplo da quimioterapia antineoplásica e radioterapia⁽⁸⁾. Porém, nenhuma participante referiu essas contraindicações. Dados divulgados em estudo recomendado pela Organização Mundial de Saúde apontam para a atitude e conhecimento dos responsáveis como fatores que levam à baixa captação vacinal e a não vacinação de crianças⁽¹⁹⁾. Portanto, acredita-se que os profissionais de saúde, sobretudo os enfermeiros, devam direcionar suas ações de saúde na promoção da vacinação infantil para a educação em saúde dos responsáveis pela criança, de forma que possa ser disseminado o conhecimento sobre a importância do calendário vacinal.

Estudo sobre o fazer da enfermagem e saber dos responsáveis, no que se refere à vacinação, indicou que na ESF o profissional de enfermagem é quem consegue, em razão de sua atuação, ter maior vínculo com os usuários dos serviços de saúde. Evidenciando, dessa forma, grande responsabilidade desses profissionais no que diz respeito à imunização⁽¹⁾. Nesse sentido, o profissional de enfermagem que atua em salas de vacinação tem o privilégio de intervir no processo saúde/doença de forma eficiente, pois pode contribuir para que os usuários desse serviço adotem comportamento saudável e participativo, além do acesso consciente a um direito adquirido, fundamentado na promoção da saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou o conhecimento de mães a respeito da imunização infantil e os fatores que levam ao não cumprimento do calendário de vacinação da criança; entre esses, destacam-se impossibilidades de comparecer ao serviço de saúde em razão do horário de trabalho, ou devido às condições de saúde das mães das crianças; acessibilidade ao serviço de saúde, especialmente em dias chuvosos e na ocasião da falta dos imunobiológicos na unidade de saúde; e indicação médica.

Embora o foco da pesquisa tenha sido o conhecimento sobre a imunização infantil que possuem as

mães de crianças com a agenda vacinal em atraso, acredita-se que este estudo contribui para uma reflexão sobre a atuação do profissional de enfermagem em sala de vacinação, pois a atuação desse profissional exige a prestação de um cuidado que conte com a educação em saúde. Além disso, é possível compreender que existe importante influência da comunicação entre profissionais de saúde e usuários dos serviços no processo de transmissão de conhecimento acerca da vacinação e cumprimento do calendário vacinal. Assim, para que os responsáveis pelas crianças tenham conhecimento da importância vacinal, é imprescindível o entendimento das informações prestadas pelos profissionais de enfermagem e que estes estejam envolvidos com as famílias que atendem, buscando facilitar a comunicação para que os usuários não se sintam constrangidos ao fazerem questionamentos quando surgem casos de dúvidas.

A partir disso, acredita-se na importância de investir na atuação do enfermeiro na imunização infantil; sobretudo, no que se diz respeito à educação em saúde e à comunicação entre equipe de saúde e usuários dos serviços sobre a importância da vacinação. Ressalta-se que, para ampliação do conhecimento dos responsáveis pela criança, é necessária uma abordagem multiprofissional, através da qual todos os profissionais utilizem a mesma linguagem, a fim de que não surjam informações contraditórias, confundindo quem busca a prevenção por meio da vacinação.

Esta pesquisa não apresentou limitações que comprometessem os resultados, no entanto, os resultados apresentados referem-se a apenas uma UBS que contempla a ESF, que conta com a atuação de ACS na busca ativa de crianças com atraso na agenda de vacinação. Sugere-se que mais estudos sejam desenvolvidos sobre esta mesma temática, em diversos cenários e com diferentes métodos de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Oliveira VG, Pedrosa KKA, Monteiro AI, Santos ADB. Vacinação: o fazer da enfermagem e o saber das mães e/ou cuidadores. *Rev. Rene.* [Internet] 2010;11(n. esp) [acesso em 06 mar 2012]. Disponível: http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/478/pdf_1
- Fernandes TMD, Chagas DC, Souza ÉM. Varíola e vacina no Brasil no século XX: institucionalização da educação sanitária. *Ciênc saúde colet.* [Internet] 2011;16(2) [acesso em 20 jun 2013]. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000200011>
- Hampton L. Albert Sabin and the coalition to eliminate polio from the Americas. *Am. J. Public Health.* [Internet] 2009;99(1) [acesso em 20 jun 2013]. Disponível: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2636601/pdf/34.pdf>
- Ramos CF, Paixão JGM, Donza FCS, Silva AMP, Caçador DF, Dias VDV et al. Cumprimento do calendário de vacinação de crianças em uma unidade de saúde da família. *Rev Pan-Amaz. Saude.* [Internet] 2010;1(2) [acesso em 04 out 2012]. Disponível: <http://dx.doi.org/10.5123/S2176-62232010000200006>
- Rissardo L, Furlan M, Marcon S, Ferrer A, Oliveira R. Hospital morbidity before and after vaccination program against rotavirus in the state of Paraná-Brazil: exploratory-descriptive study. *Online Braz. J. Nurs.* [Internet] 2010;9(2) [acesso em 04 out 2012]. Disponível: <http://www.objnursing.uff.br/index.php/nursing/article/view/3053>
- Tertuliano GC, Stein AT. Atraso vacinal e seus determinantes: um estudo em localidade atendida pela Estratégia Saúde da Família. *Ciênc. saúde colet.* [Internet] 2011;16(2) [acesso em 20 jun 2013]. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000200015>
- Pereira DR, Mathias TAF, Soares DFPP, Carvalho WO. Cobertura vacinal em crianças de 12 a 23 meses de idade: estudo exploratório tipo Survey. *Rev. Eletr. Enferm.* [Internet] 2009;11(2) [acesso em 10 out 2012]. Disponível: <http://www.fen.ufg.br/revista/v11/n2/v11n2a17.htm>
- Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Programa Nacional de Imunizações – 30 anos. Brasília; 2003.
- Muniz SV, Silva FS, Martini AC. Acolhimento do usuário de sala de vacinas. *CIPPUS – Rev. CIPPUS* [Internet]. 2012;1(1) [acesso em 10 nov 2012]. Disponível: <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Cippus/article/view/334/284>
- Kleinert S, Horton R. Brasil: no caminho da sustentabilidade e da igualdade na saúde (Comentário). *Lancet*; 2011.
- Figueiredo GLA, Pina JC, Tonete VLP, Lima RAG, Mello DF. Experiences of families in the immunization of Brazilian children under two years old. *Rev. Latino-Am. Enfermagem.* [Internet] 2011;19(3) [acesso em 20 jun 2013]. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692011000300020>

12. Santos LB, Barreto CCM, Silva FLS, Silva KCO. Percepção das mães quanto à importância da imunização infantil. *Rev. Rene.* [Internet] 2011;12(3) [acesso em 10 out 2012]. Disponível: http://www.revistarene.ufc.br/vol12n3_pdf/a24v12n3.pdf
13. Feitosa LR, Feitosa JA, Coriolano MWL. Conhecimento e práticas do auxiliar de enfermagem em sala de imunização. *Cogitare enferm.* [Internet] 2010;15(4) [acesso em 20 nov 2012]. Disponível: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cogitare/article/view/20370/13539>
14. Molina AC, Godoy I, Carvalho LR, Caldas Junior AL. Situação vacinal infantil e características individuais e familiares do interior de São Paulo. *Acta Sci Health Sci.* 2007;29(2):99-106.
15. Fontanella BJB, Luchesi BM, Saidel MGB, Ricas J, Turato GR, Melo DG. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. *Cad. Saúde Pública.* [Internet] 2011;27(2) [acesso em 20 jun 2013]. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2011000200020>
16. Bardin L. Análise de conteúdo. 5^a ed. Lisboa: Edições 70; 2009.
17. Ribeiro MFM, Barbosa MA, Porto CC. Paralisia cerebral e síndrome de Down: nível de conhecimento e informação dos pais. *Ciênc. saúde colet.* [Internet] 2011;16(4) [acesso em 20 jun 2013]. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000400009>
18. Owais A, Hanif B, Siddiqui AR, Agha A, Zaidi AKM. Does improving maternal knowledge of vaccines impact infant immunization rates? A community based randomized-controlled trial in Karachi, Pakistan. *BMC Public Health.* [Internet] 2011;11(239) [acesso em 28 out 2012]. Disponível: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3094245>
19. Rainey JJ, Watkinsa M, Rymania TK, Sandhua P, Boa A, Banerjeeb K. Reasons related to non-vaccination and under-vaccination of children in low and middle income countries: findings from a systematic review of the published literature, 1999–2009. *Vaccine.* 2011;29(46):8215-21.
20. França ISX, Simplício DN, Alves FP, Brito VRS. Cobertura vacinal e mortalidade infantil em Campina Grande, PB, Brasil. *Rev. bras. enferm.* [Internet] 2009;62(2) [acesso em 20 jun 2013]. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v62n2/a14v62n2.pdf>